



Resenha: repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações.

SILVA, André Luiz Reis da. *Repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023. v. 1. 463p.

Júlia Rodrigues Amaral

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Dourados, MS, Brasil

E-mail: julia_rodriguesamaral@live.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2218-961X>

Recebido em: 22/12/2023

Aceito em: 25/03/2024

Os ensaios contidos na obra “repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações” buscam inferir na análise de mecanismos teóricos e metodológicos utilizados nas pesquisas de pós-graduação em Política Externa Brasileira (PEB) após os anos 2000. O livro organizado por André Luiz Reis da Silva homenageia o bicentenário da independência do Brasil de Portugal. A pesquisa selecionou teses e dissertações de programas de pós-graduação em História, Ciência Política e Relações Internacionais. Para a análise, adotou-se uma abordagem qualitativa, e como metodologia a revisão de literatura, a construção de indicadores temáticos e cronológicos por meio da análise estatística, a fim de caracterizar inferências no campo de estudo em política externa brasileira.

A análise das obras contidas na parte I do livro “Repensando a Política Externa Brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações” mostrou as teses e dissertações verificadas que tiveram como principal interesse a historiografia do período imperial e republicano. Desde a independência do Brasil em 1822, a pesquisa em Política Externa Brasileira (PEB) pautou o respeito aos limites, fronteiras e possibilidades da autonomia brasileira na participação internacional, desvinculada da imagem de Portugal. A análise das obras presentes na parte II do livro demonstra que a influência da globalização impactou positivamente o avanço da pesquisa científica em Relações Internacionais e política exterior do Brasil desde a década de 1970.

O estudo das Relações Internacionais teve avanço no Brasil a partir dos anos 1970, com foco no início do Século XXI. Surgiu na multiplicidade da fomentação feita por historiadores, cientistas políticos, especialistas do direito internacional e economistas. Diferente dos Estados Unidos e outros países do ocidente, o estudo acadêmico de Relações Internacionais e em política exterior do Brasil não surgiu restrito à Ciência Política. Dentre as questões exploradas destaca-se como objetivo específico a busca pelas temáticas mais atrativas para jovens pesquisadores, revelado pela ênfase na pesquisa acerca do impacto do processo de globalização na inserção brasileira no cenário internacional.

A partir do final da Guerra Fria, passa a haver maior influência de atores políticos na tomada de decisão em processos de regionalização. No plano nacional brasileiro na década de 1990 a produção acadêmica da literatura em globalização e regionalização obteve avanço, principalmente em estudos da política externa e relações bilaterais entre Estados Unidos e Argentina, Paraguai e Uruguai.

No que diz respeito à possibilidade de pesquisas em PEB, no início da década de 2000 existiam dois programas de mestrado em Relações Internacionais no Brasil, na Universidade Nacional de Brasília (UnB) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Todavia, quase duas décadas depois houve um aumento significativo de programas de pós-graduação especializados na área de política externa brasileira. Em 2019, foi identificado o desenvolvimento da pesquisa de pós-graduação em política externa para além das disciplinas de Relações Internacionais e Ciência Política, e por vezes, de forma interdisciplinar.



Em 2019, havia 59 programas de pós-graduação na Área de Ciência Política e Relações Internacionais da Capes, distribuídos em 18 programas de Ciência Política, 17 de Políticas Públicas, 16 de Relações Internacionais e 8 de Defesa/Estudos Estratégicos. (Silva, 2023, p. 12-13).

O levantamento feito por Silva (2023) mostra que a produção científica em PEB no Brasil voga no redimensionamento e desafios da política externa como política pública, sobretudo pós-redemocratização de 1988. Ademais, os pesquisadores enfrentam a difícil tarefa de conceituar opinião pública e o distanciamento do insulamento da política externa deixadas pelo período imperial, assim como de imputar causalidades.

A política externa, com efeito, é uma política pública, embora com uma especificidade que a diferencia do resto das políticas públicas: o fato de ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultado. Por sua condição de política pública, cabe distinguir a política externa da mera "ação externa", um conceito mais amplo que inclui todo tipo de contatos, planejados ou não, de um governo com outro ator fora de suas fronteiras. Por sua vez, entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem, como em qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de variados grupos domésticos (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 41).

A abordagem teórica das teses e dissertações em Política Externa Brasileira analisadas possuem natureza eclética e são distribuídas entre as principais correntes teóricas: realismo, marxismo, liberalismo e a análise de política externa, com interpretações menores, mas crescentes, em interpretações pós-estruturalistas, construtivistas e feministas. As abordagens de natureza qualitativa e descritivas tiveram maior ocorrência dentre as obras analisadas, em maior quantidade no método histórico descritivo e no *process tracing*.

Foram observadas o aumento do uso de ferramentas teórico-metodológicas em análise de política externa a partir de 2010, com a prevalência de estudos de caso com abordagem majoritariamente descritiva. No geral, a análise mostra que teses e dissertações em PEB de programas de pós-graduação em Relações Internacionais, Ciência Política e demais programas, contam com análises mais conjunturais. Com exceção de teses e dissertações de PEB em História, que possuem maior recuo no tempo. Em suma, o excerto expõe que: "60% das teses e dissertações coletadas centram sua análise na PEB contemporânea, seguidas por aproximadamente 15% dos trabalhos abordando PEB dos anos 1980 e 1990" (Silva, 2023, p. 28).

Existe uma importante e positiva inovação nas últimas duas décadas de pesquisa nos programas de pós-graduação em PEB. Sobretudo, as fontes primárias das teses e dissertações verificadas competem no uso de documentação contidas em grupos de jornais, documentos oficiais públicos do Ministério das Relações Exteriores, e em menor escala, do Poder



Executivo e entrevistas. As fontes secundárias utilizadas na pesquisa dos pós-graduandos demonstram o uso essencialmente de livros e artigos, que em geral os autores possuem nacionalidade brasileira. Ademais, a produção de livros e artigos científicos possuem sustentabilidade em garantir a contínua expansão da base bibliográfica, e demonstra além dos textos clássicos da literatura científica em política externa, a utilização de uma bibliografia atualizada para o contexto brasileiro.

De acordo com Silva (2023) as questões permissivas levantadas podem indicar novos rumos para a pesquisa na academia, e permitir a possibilidade de repensar a Política Externa Brasileira. Silva (2023) alega que a obra não tem como critério ser conclusiva ou definitiva, mas tem como objetivo contribuir para a superação do desafio estratégico da produção acadêmica em política externa brasileira. Pois, a produção de livros e artigos científicos, sustenta a expansão contínua da base bibliográfica, demonstrando uma importante inovação nas últimas duas décadas nas pesquisas em política externa brasileira. Entretanto, o uso de métodos quantitativos e a pesquisa comparada teve pouca ocorrência em trabalhos de PEB. Há a predominância de estudos de caso com abordagem descritiva e uma escassez de trabalhos que utilizam métodos quantitativos e de comparação.

Portanto, os principais desafios para o avanço da pesquisa da Política Externa Brasileira permeiam o investimento da abordagem de pesquisa comparada e no exame e levantamento de fontes primárias inovadoras que se adequem ao contexto nacional e regional. Ademais, é interessante refletir na melhoria do desenho metodológico das pesquisas e no reforço de contribuições teóricas inovadoras, vindas do Sul Global e que sejam mais ajustáveis e acuradas para a realidade local. Sobretudo, o trabalho do pesquisador é constantemente fundamentar a pesquisa com e diversificação das fontes primárias e secundárias escolhidas, assim como exercer o distanciamento teórico, tornando prioritário a realidade do tempo presente das análises.

REFERÊNCIAS

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L.. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, n. 1, p. 40–59, 2013.

SILVA, A.. *Repensando a política externa brasileira (1822 - 2022): novas abordagens e interpretações*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2023. v. 1. 463p.

